

## Relação entre greves, preços e salários no Brasil entre 1955/64.

ROBERSON CAMPOS DE OLIVEIRA\*

O principal objetivo deste artigo é examinar as relações entre a dinâmica das greves urbanas e os indicadores de preços e salários (mínimo e industrial real) nas conjunturas expansiva e recessiva do período 1955/1964 no Brasil.

A caracterização da dinâmica das greves será feita, em primeiro lugar, levando-se em consideração a quantidade anual de paralisações. Entretanto, a análise da quantidade das greves num dado período é um indicador apenas parcial da extensão dos conflitos distributivos urbanos. Igual número de paralisações trabalhistas em diferentes períodos pode expressar movimentos sociais de abrangência muito distinta, pois o número de trabalhadores envolvidos, dias parados e número e importância dos setores atingidos pelas paralisações podem variar sensivelmente. Assim, para uma compreensão mais precisa da dinâmica destes movimentos, é relevante avaliar a sua *intensidade* e também as correlações entre a quantidade e intensidade das paralisações. Com relação aos conflitos sociais urbanos, dispomos de dados que cobrem o período 1945/1968 elaborados por Salvador Sandoval. Seu estudo fornece um levantamento da quantidade e da intensidade das greves no período 1945/68 que está agrupada em biênios (1945/46, 1947/48, etc).<sup>1</sup>

O indicador de intensidade elaborado pelo autor baseou-se num modelo desenvolvido por Edward Shorter & Charles Tilly, que leva em conta três variáveis: número de greves por 100 mil trabalhadores, duração média (em dias das paralisações) e número médio de grevistas<sup>2</sup>. A representação destas relações num gráfico de três eixos define um paralelogramo cuja área expressa a intensidade das paralisações. Baseado neste levantamento obteve-se o produto destas três variáveis para as greves de massa e para as greves por categoria única. Os valores relativos a cada tipo de greve foram somados e

---

\* Professor no curso de Economia da FMU-S.P., doutor em História Econômica pela FFLCH-USP. Artigo consiste, com pequenas modificações, em parte do capítulo 2 da tese.

<sup>1</sup> SANDOVAL, 1994

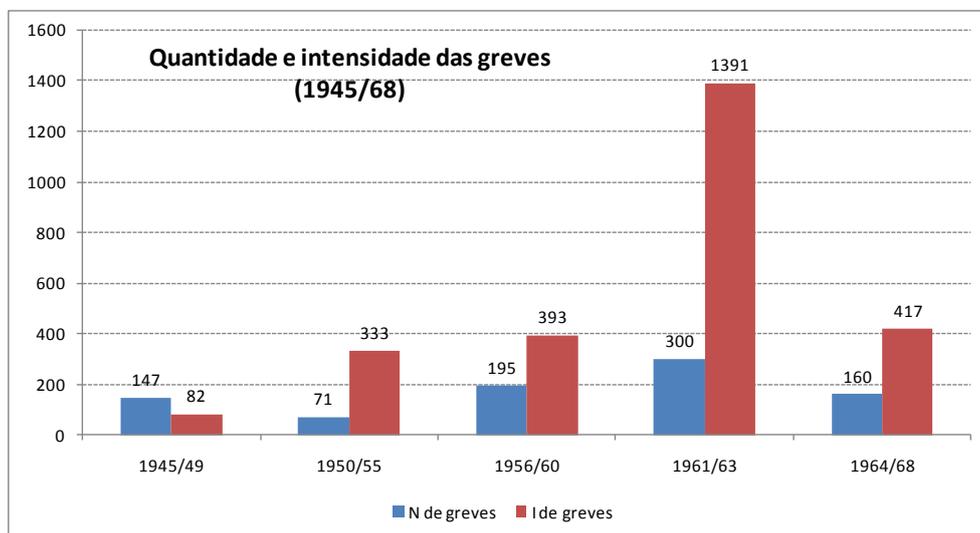
<sup>2</sup> *idem* p. 85.

divididos por 1000, obtendo-se índices de intensidade das greves apresentados na tabela a seguir:

### Intensidade das greves

	greve de massa			greve categoria única			i total/1000
	greves 100 mil trabalha dores		número grevistas	greves 100 mil trabalha dores		número grevistas	
1945/46	5	4	2000	4	4	2000	<b>72</b>
1947/49	1,5	2	2000	1	2	2000	<b>10</b>
1950/55	2,5	5	23000	1,5	5	6000	<b>333</b>
1956/60	6	4	11000	5	4	6447	<b>393</b>
1961/63	9	4	36000	7	4	3400	<b>1391</b>
1964/68	3,5	5	12868	3	5	12771	<b>417</b>
1978/80				5	3	8959	<b>134</b>

A série de quantidade de greves por biênio, apresentada no estudo de Salvador Sandoval, foi desdobrada e transformada numa série contínua, anual, correspondendo a cada ano, a média do biênio considerado. Em seguida, estas médias anuais de quantidade das greves e os índices de intensidade em determinados períodos foram somados e agrupados, de forma a compatibilizar as duas séries. Obteve-se o seguinte gráfico:



Baseado em SANDOVAL, Salvador. *Os trabalhadores param*. São Paulo: Editora Ática, 1994

Como podemos observar, no período 1945/49 (que corresponde grosso modo ao governo Dutra - 1946/1951), há registros de 147 greves e um índice de intensidade de 82. No período seguinte (que corresponde, grosso modo, ao segundo governo Vargas

(1951/54), nota-se um decréscimo na quantidade das greves da ordem de 48% mas um sensível aumento na intensidade dos movimentos grevistas de mais de 4 vezes. Esta tendência de crescimento manteve-se até 1963. No período JK, o incremento da quantidade e da intensidade das greves foi de respectivamente 174% e 18% e no período dos governos Jânio Quadros e João Goulart, o incremento foi da ordem de, respectivamente, 53% e 253%. Entre 1964/1968 a tendência se inverteu, de tal forma que a quantidade de greves caiu praticamente pela metade e a intensidade a um terço da observada no período anterior.

Greves e temporalidade institucional.

Naturalmente que a dinâmica dos movimentos grevistas guarda íntima relação com a “moldura institucional”, a coligação de forças e compromissos políticos predominantes em cada um destes governos. Neste sentido, este período de 1946/68 pode ser dividido em três fases.

Na primeira, correspondente ao governo Dutra, o comportamento dos movimentos grevistas foi em grande parte condicionado pela repressão sistemática e aberta do governo Dutra ao movimento sindical, especialmente a partir de 1947, ocasião na qual o governo aderiu a recém formulada doutrina Truman, que definiu o combate ao comunismo como prioridade da política externa dos EUA e de seus aliados. Sob o pretexto de que os movimentos sociais eram dirigidos/influenciados pelos comunistas, eles se tornaram o principal alvo da ação repressiva do Estado no plano interno.

Na fase seguinte, situada entre os anos de 1951/1964, o país vivenciou condições políticas institucionais de liberdade de organização e manifestação inéditas em toda a sua história. Nunca o país estivera tão próximo do modelo político democrático-liberal apesar das constantes conspirações e tentativas golpistas dos sujeitos sociais, cujos equivalentes, em outras quadraturas de tempo e espaço tinham sido uns dos responsáveis pela construção deste modelo. O crescimento praticamente ininterrupto da quantidade e da intensidade das greves entre 1951/64 revela que as restrições institucionais existentes contra a organização das classes não proprietárias não representaram obstáculos intransponíveis para sua mobilização.

Na terceira fase, que vai de 1964/68, a redução sensível na quantidade e intensidade das greves foi função direta da violenta repressão ao movimento sindical desencadeada pelo

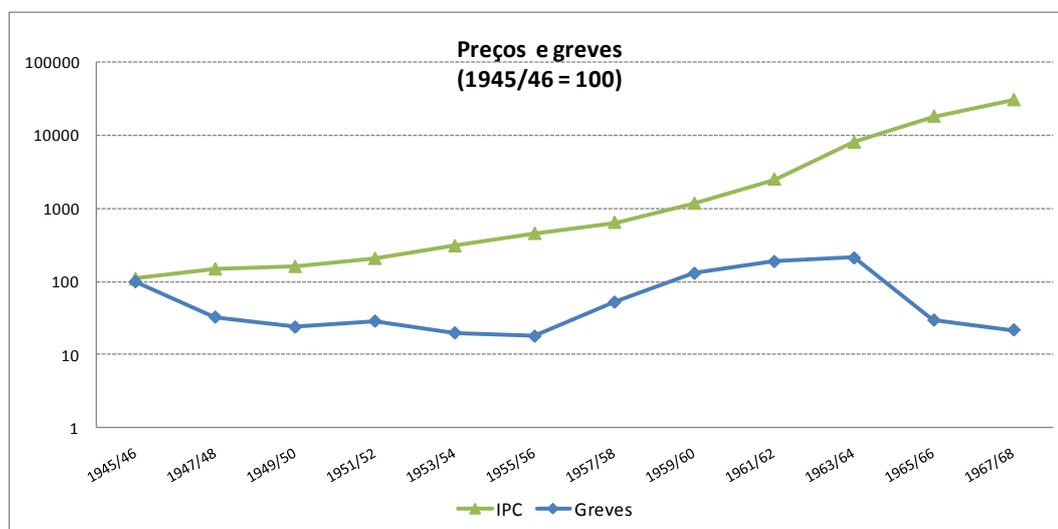
golpe militar de 1964, que se traduziu em centenas de intervenções em sindicatos e milhares de prisões de lideranças dos trabalhadores.

Greves e ciclo econômico.

Ao relacionarmos a dinâmica quantitativa e a intensidade das greves ao ciclo econômico iniciado em meados dos anos 50, podemos observar que entre 1956/60, na fase de expansão do ciclo na qual as taxas de crescimento atingiram níveis inéditos, a quantidade das greves foi 2,7 vezes maior do que a quantidade observada entre 1950/55. A intensidade das greves, entretanto não cresceu na mesma proporção, tendo um incremento de apenas 18%. Em outras palavras, apesar da quantidade das paralisações ter crescido, elas implicaram um número menor de trabalhadores e de jornadas de trabalho perdidas, sugerindo que as paralisações tenderam a se concentrar em empresas menores e tiveram duração mais curta. Parece razoável admitir que na fase expansiva do ciclo os trabalhadores das grandes unidades industriais, principais beneficiárias do crescimento, tenderam a se envolver menos nas paralisações, enquanto os trabalhadores das empresas menores e tradicionais, nas quais os salários são menores, encontraram condições mais favoráveis para barganhar melhores níveis de salários. A redução das greves nas grandes plantas industriais e a diminuição dos dias das paralisações sugerem então uma maior flexibilidade dos empresários diante das reivindicações dos trabalhadores neste período.

No início da década de 60 temos a reversão do ciclo, isto é, começa a conjuntura de crise. A retração da economia foi acompanhada pelo recrudescimento dos preços e a resposta dos trabalhadores urbanos se traduziu em aumento sensível da quantidade de paralisações e em salto mais que proporcional na sua intensidade. A quantidade das greves no período 1961/63 representa incremento de 53% em relação ao total das paralisações na fase de expansão do ciclo. Já a intensidade das greves neste período da crise é 3,5 vezes maior do que a observada na fase de expansão. Naturalmente que a intensificação dos movimentos grevista nesta conjuntura de crise não está relacionada somente aos aspectos econômicos. A retração econômica neste período, exacerbou a luta política em torno de questões como, por exemplo, a reforma tributária, a remessa de lucros, a reforma agrária pois os setores organizados da classe trabalhadora tinham consciência da interrelação entre estes problemas. Era freqüente observar reivindicações

de natureza política nas paralisações. Entretanto, reafirmamos que o caráter massivo destas paralisações no período está associado primariamente à rápida deterioração das



condições econômicas, em especial no que se refere à escalada dos preços. Um ambiente econômico como este criava condições muito mais favoráveis para adesão às greves, mesmo àquelas cujo caráter político era mais acentuado. Assim, o fenômeno inflacionário, foi decisivo para a compreensão da dinâmica das greves no período.

### Greves e preços

Entre 1950 e 1964, fase na qual o país gozou de liberdade política inédita, é possível observar uma relação muito estreita entre a evolução dos preços e a quantidade e intensidade das greves. O gráfico a seguir ilustra a relação entre a quantidade das greves e a evolução dos preços num período mais extenso, compreendido entre 1945 e 1968. O número de greves para biênio 1945/46 foi convertido para um valor base igual a 100. O índice dos preços corresponde à média do IPC para os biênios correspondentes. A escala é logarítmica.

Fontes: Salvador Sandoval, op. cit.; IPEADATA.

Como podemos observar, apesar de os preços subirem de forma ininterrupta a partir de 1945, a quantidade de paralisações só passou a acompanhar de forma mais evidente a trajetória crescente dos preços a partir de meados da década de 50. A partir daí as greves seguiram em quantidade e intensidade crescentes até o ano do golpe, em 1964.

A correlação negativa entre preços e greves entre os anos de 1945 e 1950 liga-se diretamente, como já foi indicado, a ação repressiva do governo Dutra contra o

movimento sindical no contexto da Guerra Fria. A partir da ascensão de Vargas, a atitude mais tolerante do governo em relação aos movimentos sociais, criou ambiente propício para a retomada das mobilizações grevistas. Começava então um período no qual os movimentos sociais encontraram condições inéditas de organização e atuação, em especial o movimento sindical urbano. Num ambiente institucional desta natureza a tendência das greves foi acompanhar a curva dos preços. Se procurarmos estabelecer o índice de correlação entre a curva de preços e a de greves entre 1951 e 1964, obteremos o valor de 0,815.

Nesta altura, parece digno de nota chamar a atenção para o seguinte aspecto. Tendeu a se consolidar na literatura sobre o segundo governo Vargas a percepção de que o refluxo dos movimentos grevistas num ambiente de recrudescimento dos preços (a média bienal dos preços entre 1951/52 e 1955/56 mais que dobrou enquanto a quantidade de greves caiu de 29, no biênio 1951/52, para 18, em 1955/56) estava relacionado aos mecanismos de controle operados pelo Estado aliado à ascendência pessoal do presidente sobre o movimento sindical<sup>3</sup>. Relacionar o comportamento do movimento sindical e das greves a um suposto “controle” do Estado sobre o movimento sindical, ao “paternalismo varguista”, ou às dificuldades naturais decorrentes da reorganização do movimento sindical e reivindicatório àquela altura não me parece suficiente. Na verdade, se não nos detivermos apenas na quantidade e compararmos a *intensidade* dos movimentos grevistas no período Vargas com a dos períodos dos governos anteriores e posteriores obteremos dados reveladores.

Apesar do decréscimo na quantidade das greves da ordem de 48% em relação ao governo Dutra, sob Vargas, a intensidade destes movimentos cresceu mais de 4 vezes. Comparado com o período posterior, apesar do crescimento significativo na quantidade de greves durante o governo JK (da ordem de 174%) a *intensidade* das paralisações cresceu apenas 18% (de 264 para 287).

---

<sup>3</sup> “O governo Getúlio Vargas obteve um êxito considerável na manutenção dos salários abaixo do nível alcançado em 1950, ao mesmo tempo que mantinha sobre controle o descontentamento da classe trabalhadora...”

Neste período, as greves nas indústrias tendiam a declinar, ao mesmo tempo que o número de intervenções por parte do governo atingia seu nível mais baixo de todo o período civil. Em vez de formas diretas de repressão, a administração Vargas preferiu uma habilidosa combinação de ideologia nacionalista e ligações clientelistas com os líderes sindicais como forma de garantir a tranquilidade industrial...” in SANDOVAL, 1994: 72)

O aumento na intensidade total dos movimentos grevistas, no período correspondente ao governo JK, correu por conta do aumento da intensidade das greves por categoria única, que são greves menos politizadas. Aí o foco recai em reivindicações econômicas (a intensidade das greves por categoria no período coberto, grosso modo, pelo governo Vargas foi de 45 e enquanto no governo JK foi de 128).

Não é sustentável a alegação que Vargas exerceu amplo controle sobre o movimento sindical e grevista durante seu segundo governo apoiando-se no argumento de que houve uma redução da quantidade das greves neste período. Na verdade, esta redução foi acompanhada pelo incremento mais que proporcional da intensidade das paralisações. Talvez o mais razoável é admitir o contrário. Se analisarmos o ritmo da evolução dos preços entre 1946/50, as taxas foram respectivamente 18%, 23%, 3%, 4% e 3%. Entre 1951 e 1954 os índices foram 11%, 27%, 19% e 22%<sup>4</sup>. Diante desta mudança de patamar nos preços, num ambiente de arrefecimento das forças repressivas ao movimento sindical não chega a surpreender que as greves por aumento de salários se intensificassem sensivelmente.

Quais os efeitos destas paralisações sobre os níveis do salário mínimo e do salário industrial?

Greves e salário mínimo.

Entre 1944/51 o salário mínimo permaneceu sem reajustes enquanto o custo de vida (IPC) teve um aumento de aproximadamente 63%, entre 1945 e 1950<sup>5</sup>. Para o que nos interessa aqui, a partir de 1951 as greves de massa iniciaram sua trajetória ascendente atingindo, o ápice na greve geral de 1953. Os primeiros reajustes ocorridos no salário mínimo no pós-guerra ocorreram em janeiro de 1952 e maio de 1954, exatamente no período coberto pelo incremento das movimentações grevistas. Naturalmente, não estamos propondo uma relação de causa e efeito entre as greves do período 1951/53 e os reajustes do salário mínimo decretados pelo governo Vargas. Simplesmente reconhece-se que o recrudescimento das paralisações exerceu enorme pressão sobre um governo que vinha sendo acuado desde os primeiros meses da gestão por grupos políticos

---

<sup>4</sup> IPC – IPEAD data em nov. 2008.

<sup>5</sup> Idem.

conservadores, empenhados em sua desestabilização. Neste contexto, tais reajustes devem ser analisados a partir desta dupla determinação, política (na medida em que o governo visava preservar/resgatar o apoio das classes assalariadas urbanas) e social (uma resposta à intensificação dos movimentos grevistas). Em outras palavras, tais reajustes não podem ser considerados uma concessão paternalista do governo aos trabalhadores, mas fruto de efetiva pressão social num contexto de intensificação da luta política no “condomínio” do poder. Estes dois reajustes decretados por Vargas mais do que dobrou o valor real que o salário mínimo possuía em 1950. Apesar de todas as adversidades do período, o índice de correlação entre os índices do salário mínimo real e dos preços (IPC) entre 1951/55, foi 0,796.

Com o início da conjuntura ascendente do ciclo, já no período JK, o valor do salário mínimo real continuou a se elevar até 1957, quando começou a perder a corrida para os preços. Nos anos finais da década de 50 e início da década de 60, esta tendência foi reafirmada. Apesar dos reajustes do salário mínimo terem se tornado anuais, entre 1959 e 61<sup>6</sup>, a aceleração da inflação neutralizou seus efeitos. Isso ajuda a entender o incremento da quantidade e da intensidade total das greves a partir de 1956. Este quadro de aceleração dos preços, aumento da quantidade e intensidade das greves e perdas crescentes no salário mínimo real se manteve inalterado até 1964.

Dessa forma podemos concluir que as ações grevistas contribuíram para a melhoria da remuneração dos trabalhadores formais situados da base da hierarquia de salários. Nem tanto pelos efeitos diretos das greves no mercado de trabalho, mas sim pelos seus efeitos institucionais, traduzidos em decretos governamentais, que elevavam o salário mínimo.

A partir de meados dos anos 50, a aceleração do crescimento associada à intensificação das greves e aos reajustes oficiais, repercutiram todos de forma extremamente favorável no valor real do salário mínimo. Entretanto, nos anos finais da década, o cenário se alterou. A escalada dos preços foi acompanhada por intensificação das greves e aumento da frequência de reajustes do salário mínimo. Eles se tornaram praticamente anuais entre 1959 e o golpe de 1964 (com exceção do ano de 1962).

Acreditamos que a diminuição da periodicidade dos reajustes guardava íntima conexão com a intensificação dos movimentos grevistas, mas seus efeitos se tornaram cada vez mais limitados à medida que a espiral dos preços se acelerava. A observação do gráfico

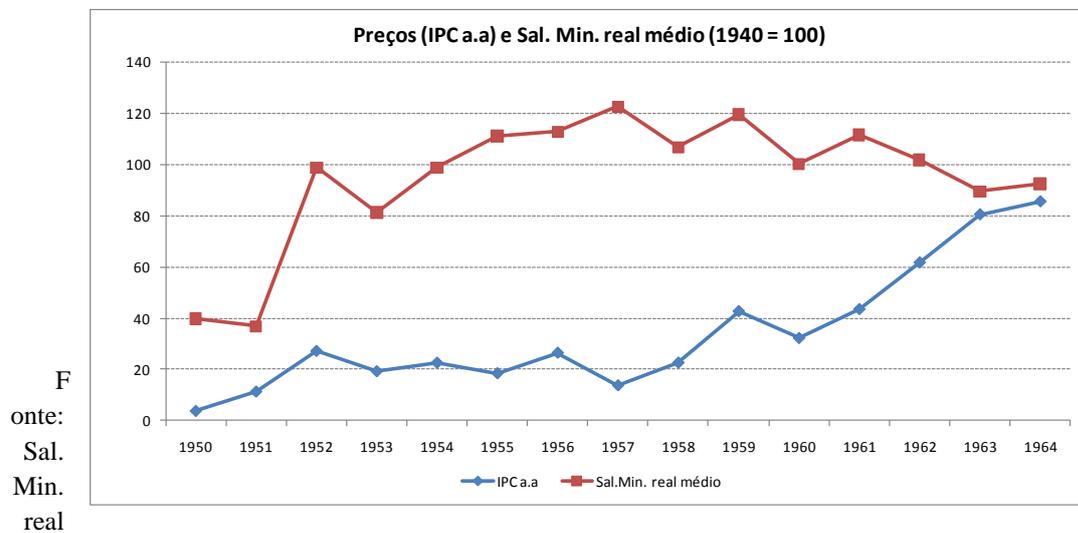
---

<sup>6</sup> MAIA, SALDANHA, 1989: 263.

abaixo pode ilustrar bem estas afirmações. Os reajustes em 1952, 1954 e 56 produziram efeitos extremamente positivos no valor real médio do salário mínimo (o valor real do mínimo em agosto de 1956 foi o maior de toda a série histórica). Portanto, à medida que nos aproximamos do final da década, os preços se aceleraram, as greves se intensificaram e a periodicidade dos reajustes diminuiu, mas seus efeitos não foram suficientes para repor o valor real médio do mínimo, que entrou numa rota de deterioração da qual não se recuperou mais até o final do nosso período.

Em síntese, a intensificação das paralisações tendeu a produzir efeitos positivos sobre o salário mínimo. Enquanto as variações de preços oscilaram entre 10% e 30% (1951/1957) o Estado atuou recompondo o poder de compra do mínimo através de decretos. A combinação entre intensificação do crescimento econômico e da pressão sindical, num cenário em que o aumento de preços não havia se traduzido ainda numa espiral inflacionária, tendeu a maximizar os efeitos positivos sobre o valor real do mínimo (1956/57). A partir do momento em que a escalada dos preços rompeu a barreira dos 30%, parece que a intensificação das paralisações e o aumento da frequência dos decretos oficiais de reajuste foram insuficientes para preservar/incrementar o poder aquisitivo do salário mínimo.

Assim, podemos afirmar com uma certa segurança que, os efeitos positivos das ações institucionais (como greves, reajustes por decretos) sobre o valor real do mínimo no período considerado até aqui, esteve condicionado à vigência de uma certa “banda” de preços. Para além do limite superior da banda, no caso concreto, ao redor dos 30%, observamos que o raio de ação das determinações institucionais reduziu-se sensivelmente. Isto não significa que tais fatores possam ser desprezados. Como mostra o gráfico a seguir, enquanto os preços praticamente duplicaram entre 1961 e 1963, o sal. min. real médio caiu aproximadamente 20%, isto é, sem as influências das determinações institucionais, a queda do valor real do mínimo seria, certamente, muito mais acentuada.



médio - DIEESE

IPC: Para jan. 1939 - jun. 1994: Rizzieri, Juarez Alexandre B. e Heron C. E. do Carmo.

[..doc/TabelasRetrospectivasFIPE.xls](#)

Retrospectiva histórica e metodológica do IPC-FIPE, S. P., F.I.P.E., 1995.

#### Greves e salários na indústria.

Mas será que as pressões exercidas pelas greves sobre as esferas de poder do estado, especialmente após o segundo governo Vargas, tendiam a produzir efeitos *apenas* nos rendimentos dos trabalhadores formais situados na base da hierarquia de rendimentos? Como as greves eram, em geral, uma iniciativa dos setores operários mais organizados agrupados em grandes plantas industriais, não era exatamente na remuneração deste segmento dos trabalhadores mais especializados, que os efeitos das paralisações deveriam ser notados de maneira mais evidente? Os dados sobre os salários no setor industrial no período 1945/55 restringe-se ao antigo estado da Guanabara. A partir de 1955, há dados do estado da Guanabara e de São Paulo que podem ser comparados. Como mais de 50% dos trabalhadores que ganhavam 60% da massa salarial estavam concentrados nestas regiões e os outros 20% que se apropriavam dos outros 20% da massa salarial restante encontravam-se nas imediações destes estados, é possível, a partir dos dados destas regiões, obter um quadro bastante aproximado do que se passava no setor industrial do país neste período<sup>7</sup>.

<sup>7</sup> KAHIL, 1973: 63.

Uma análise do comportamento do salário real na indústria no período compreendido entre 1946 e 1963 indica que a remuneração dos trabalhadores industriais teve um desempenho muito mais modesto que o salário mínimo no período. A remuneração real dos trabalhadores na indústria não compartilhou dos ganhos obtidos pelo salário mínimo no período na mesma proporção, mas compartilhou das perdas no momento em que a inflação se acelerou. A impressão que se tem é que os trabalhadores industriais, mais especializados, apesar de constituírem a parcela mais importante, organizada e mobilizada das ações grevistas, foram os menos beneficiados. O gráfico a seguir apresenta a evolução do índice do salário real na indústria nos estados da Guanabara e São Paulo e do salário mínimo real médio no período 1946/63 associando-se aos valores

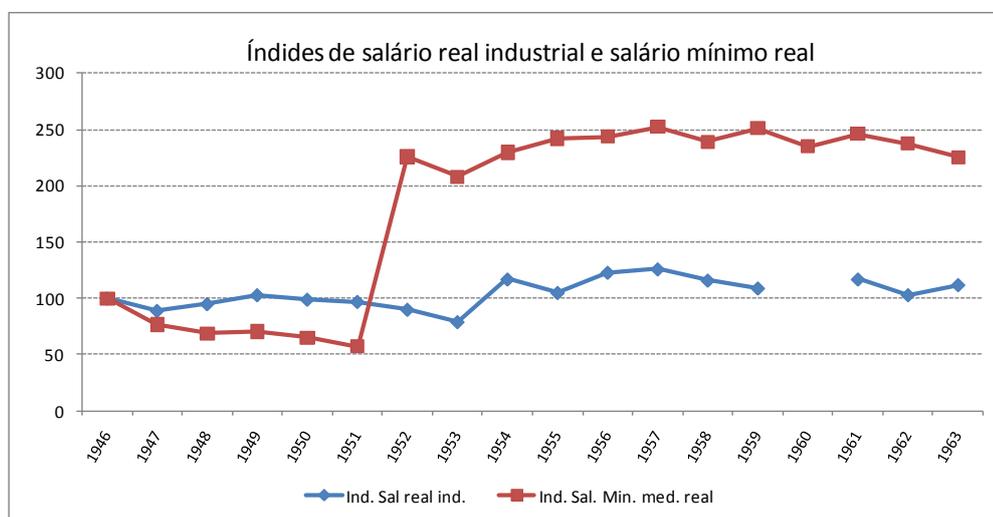
reais

de

1946 o

índice

100.



Fontes: Conjuntura Econômica/FGV; Anuário Estatístico/IBGE (vários anos); DIEESE.

No caso do salário mínimo é possível identificar relação entre o aumento da quantidade e da intensidade das greves e preservação/incremento no seu valor real, mediada pela magnitude e frequência dos reajustes assegurados por decretos governamentais. Isto pode ser notado especialmente nos reajustes de 1952 e 1954, na instauração de reajustes anuais em 1959, 60 e 61 e na magnitude dos índices, respectivamente de 58%, 63% e 71% que, mesmo não recompondo o valor real da remuneração, sem dúvida tiveram o efeito de atenuar as perdas decorrentes da escalada dos preços.

No caso dos salários industriais não ocorreu algo semelhante. No Rio de Janeiro, entre 1947/48 os salários reais na indústria permaneceram de 10% a 25% abaixo do nível que tinham em 1946, durante aproximadamente 18 meses. E mais de trinta meses entre

1951/54. Entre março de 1952 e março de 1954 o salário médio nominal dos trabalhadores industriais manteve-se praticamente inalterado, enquanto o preço dos alimentos subiu persistentemente. No caso de S.P., apesar das dificuldades para comparações com os salários médios industriais do R.J., dados de 1940 em diante sobre os salários industriais de diferentes categorias deflacionados pelo índice de custo de vida de São Paulo, indicam a mesma tendência observada no R.J.. Tanto em São Paulo, quanto no Rio de Janeiro, os salários nominais mantiveram-se estáveis por vários meses no decorrer dos anos 50 (com exceção do ano de 1954, quando houve uma recuperação) apesar da contínua elevação dos preços no período. Entre 1951 e 1954 o salário médio ponderado de todas as categorias aumentou menos que 8%, enquanto o preço dos alimentos mais que dobrou. Entre 1949/50 e 1954 o salário nominal da maior parte das categorias permaneceu praticamente estável por períodos que variam de dois a seis anos<sup>8</sup>.

Estes dados indicam que os ganhos obtidos pelos salários industriais, especialmente no período entre 1951/1959 foram pequenos e estiveram bem aquém dos obtidos pelo salário mínimo real. Em outras palavras, se numa conjuntura de relativa liberdade política e vigência de uma dada “banda” de preços, pudemos identificar efeitos bastante positivos da intensificação dos movimentos grevistas sobre o valor real do salário mínimo, o mesmo não pode ser afirmado para o caso dos salários industriais. Além disso, uma análise da correlação entre as variáveis do índice salário real na indústria<sup>9</sup> e do índice de salário mínimo real<sup>10</sup> entre 1946/59 fornece um valor de 0,5015, reforçando a percepção que os impactos positivos das greves sobre os níveis dos salário mínimo não tendiam a se refletir ou se transferir sincronicamente aos salários industriais.

Entretanto, uma análise mais cuidadosa das relações entre o comportamento do salário mínimo e os salários industriais pode alterar um pouco esta constatação. Quando o salário mínimo era reajustado através dos decretos presidenciais, os salários da base da hierarquia de remuneração se elevavam, diminuindo a diferença entre a remuneração do piso e as remunerações maiores, dos trabalhadores especializados, em geral empregados

---

<sup>8</sup> KAHIL, op. cit.: 65-67.

<sup>9</sup> Baseado em dados do então estado da Guanabara.

<sup>10</sup> DIEESE, S.P.

nas indústrias dos setores dinâmicos da economia. A diminuição da diferença entre as remunerações mais baixas, dos trabalhadores não especializados ou com baixo grau de especialização, e as mais altas, dos trabalhadores especializados, combinada à contínua elevação dos preços, despertava nos trabalhadores industriais, mais organizados e mobilizados, iniciativas no sentido de recompor os ganhos relativos à base dos salários e o poder de compra, corroído pela escalada dos preços. Sem desprezar as demais determinações atuantes em cada conjuntura, esta dupla motivação exercia forte influência nas mobilizações grevistas até que os salários maiores voltassem a recompor integral ou parcialmente as diferenças de remuneração em relação ao piso dos salários. Nas ocasiões em que a ascensão do movimento grevista ganhava amplitude e profundidade, como no período compreendido entre 1951 e 1953, independente das negociações no âmbito do capital e trabalho, uma das respostas do poder público foi reajustar o salário mínimo. O reajuste, ao diminuir a diferença entre os salários menores e maiores, agregava motivações ao novo ciclo de mobilizações entre os trabalhadores mais especializados. Naturalmente que entre a elevação do salário mínimo e a elevação dos salários maiores decorria um intervalo de tempo cuja duração era função da diferença inicial existente entre os salários maiores e o mínimo e do grau de concentração da força de trabalho no setor industrial evolvido<sup>11</sup>.

Assim, toda vez que o salário mínimo era reajustado por decreto, seria de se esperar o início de um movimento de recomposição da diferença entre os salários menores e os maiores cujos efeitos deveriam se fazer notar com um certo atraso. Tendo esta análise como pressuposto, refizemos o cálculo do índice de correlação das variáveis do salário mínimo real e do salário industrial real deslocando os índices do salário mínimo de forma a considerar eventuais atrasos nos efeitos dos reajustes do salário mínimo sobre a variação dos salários reais na indústria.

---

<sup>11</sup> A esse propósito ver KAHIL, *op. cit.*: 70-74.

Índices de salário real			
	1	2	3
	Índice de salário real na indústria*	Índice do salário mínimo real médio**	Índice do salário mínimo real médio**
1946	100	100	
1947	89	76	
1948	95	69	100
1949	103	70	76
1950	99	65	69
1951	97	57	70
1952	90	226	65
1953	79	208	57
1954	117	230	226
1955	105	242	208
1956	123	243	230
1957	126	252	242
1958	116	239	243
1959	109	251	252
1960		235	239
1961	117	246	251
1962	103	238	235
1963	112	225	246

\* KAHIL, Raouf *op. cit.* pp.65,66

\*\*DIEESE

Como havíamos indicado, há um baixo grau de correlação entre as variáveis da coluna 1 e 2 se ignorarmos o atraso (0,5015), isto é, se fizermos a correlação supondo uma sincronia entre os reajustes do salário mínimo e a variação dos salários industriais. Mas se consideramos este atraso, supondo que ele se manifeste, por exemplo, em dois anos<sup>12</sup>, o índice de correlação entre as variáveis (colunas 1 e 3) se altera para 0,823, indicando um alto grau de correlação entre os índices do salário mínimo médio real e do salário real na indústria. Isto é, parece razoável admitir que os reajustes no salário mínimo tendiam a produzir efeitos positivos sobre a evolução dos salários industriais com uma defasagem de aproximadamente dois anos.

Outro aspecto que vale a pena ser considerado é que a aceleração dos preços a partir de 1957 além de impor perdas crescentes ao salário mínimo e ao salário industrial aumentou de maneira mais que proporcional o tempo médio necessário para um trabalhador adquirir uma cesta básica de alimentos definida pelo DIEESE, a partir de 1959, ano do primeiro levantamento. Enquanto o salário mínimo real médio, em 1963, era 10% inferior ao de 1959 e o salário industrial real tinha praticamente o mesmo valor

<sup>12</sup> Este valor não é arbitrário. Observando o gráfico, pode-se notar que entre 1951/52 o índice do s.m. real tem um reajuste significativo. O mesmo pode ser observado, guardada as devidas proporções, com o índice do salário real na indústria entre os anos de 1953/54. Por hipótese assumimos que entre as determinações desta variação encontram-se os efeitos tardios do reajuste do salário mínimo em 1951/52.

real, o tempo médio<sup>13</sup> necessário para a aquisição da cesta básica de alimentos definida pelo DIEESE, era em 1963, 50% maior do que o de 1959 (99h25m e 66h respectivamente).

Sintetizando, nosso exame revelou que a dinâmica das greves apresentou grande sensibilidade ao comportamento dos preços, desde que as condições institucionais não fossem abertamente repressivas ao movimento sindical urbano. Nestas conjunturas políticas, como durante o governo Dutra, a correlação entre greves e preços foi negativa. Já no segundo governo Vargas e no governo Juscelino Kubitschek, quando vigoraram condições institucionais menos hostis às mobilizações sindicais, a correlação entre greves e preços revelou-se fortemente positiva. Constatamos também que durante o segundo governo Vargas, a diminuição da quantidade das greves foi amplamente compensada pelo incremento da intensidade das paralisações. Portanto não há como justificar um suposto controle do movimento sindical pelo estado, neste período, com base no dado de redução da quantidade das greves. Se tal controle existisse e fosse eficaz, teria atuado para evitar o crescimento expressivo da intensidade das paralisações (ela cresceu mais de quatro vezes em relação ao governo Dutra e foi apenas 18% inferior à intensidade das paralisações durante o governo J.K.).

No que se refere à correlação entre a dinâmica das greves e a evolução do salário mínimo, demonstramos que ela foi fortemente positiva. Entretanto, este efeito não decorreu da influência direta das greves no mercado de trabalho, mas sim das repercussões institucionais, traduzidas em decretos governamentais, que elevavam o salário mínimo. Num modelo de desenvolvimento no qual o Estado desempenhava papel de impulsionador do crescimento e de regulador das relações de trabalho, ele era frequentemente convocado a mediar os conflitos. No segundo governo Vargas e na conjuntura expansiva impulsionada pelo Plano de Metas, as pressões exercidas pelas greves sobre o governo tenderam a se traduzir em aumentos salariais e diminuição da periodicidade entre os reajustes de forma a assegurar recomposição e incrementos no valor real do salário mínimo. A correlação positiva entre a intensificação das ações grevistas e a preservação ou incremento no valor real do mínimo esteve entretanto

---

<sup>13</sup> Número médio de horas/mês.

condicionada a um limiar dos preços. A correlação positiva entre dinâmica das greves e valor real do salário mínimo, no período pré-1964, perdeu força à medida que a inflação rompeu a barreira dos 30% a.a.. Em outras palavras, as pressões que as greves exerciam sobre o poder público tendiam a se traduzir em medidas visando recompor/incrementar o valor real do mínimo, entretanto, à medida que as taxas de inflação começaram a crescer aceleradamente, o movimento de valorização do mínimo tendeu a ser neutralizado pela escalada dos preços.

Se os efeitos das greves na evolução do salário mínimo são bastante evidentes, o mesmo não ocorreu no caso dos salários industriais. Entre 1946 e 1964, a remuneração dos trabalhadores industriais teve um desempenho muito mais modesto que o salário mínimo. Não compartilhou, na mesma proporção, dos ganhos que o mínimo obteve, mas compartilhou das perdas, no momento em que o aumento da inflação se acelerou. A impressão que se tem é que os trabalhadores industriais, mais especializados, apesar de constituir a parcela mais importante, organizada e mobilizada das ações grevistas, foram os menos beneficiados pelos efeitos destes movimentos. Vários fatores devem ter contribuído para isto. Entretanto, o fato de os salários reais na indústria não terem crescido na mesma proporção que o mínimo, não invalida a influência do mínimo na evolução do salário industrial. Segundo observamos, os aumentos no salário mínimo diminuía a diferença entre a base da hierarquia de remunerações e os salários dos trabalhadores fabris, mais especializados. A redução desta diferença, tendia a se converter em fator adicional de mobilização dos trabalhadores fabris por reajustes salariais, tendo em vista recompor a diferença entre o piso das remunerações e os salários industriais. A recomposição desta diferença não era imediata, tendia a ocorrer com certo atraso. Apesar dos salários industriais não terem obtidos ganhos equivalentes aos do mínimo na conjuntura expansiva, os reajustes do mínimo tendiam a se refletir, se bem que tardiamente e em proporções menores, nos estratos superiores da hierarquia de remunerações (salários industriais). Se o resultado de uma onda grevista se traduzisse, num dado momento, em reajustes maiores para salário mínimo relativamente aos salários industriais, a tendência era de que este novo piso se integrasse às motivações para a elevação do nível do salário industrial.

A percepção de que a partir de um determinado patamar dos preços as mobilizações grevistas perdiam eficácia não escapou às lideranças sindicais do pré-64. Tanto isso é verdade que à medida que a espiral de preços se acelerou, no início da década de 60, o caráter político das greves ganhou cada vez mais evidência. Tratava-se da constatação de que sem reformas estruturais (“reformas de base”), os reajustes nominais dos salários tendiam a se esgotar rapidamente. Sem a reformulação do modelo de acumulação e da política econômica que lhe correspondia não havia como sustentar o valor real dos salários. A luta distributiva transformou-se, assim, numa luta política aberta pelo controle do Estado e dos instrumentos de formulação de política econômica.

Referências bibliográficas:

BARBOSA, Wilson Nascimento. *Balanço da economia Brasileira (1940/1980)*. São Paulo: LCTE Editora, 2006.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro – o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BRASIL. Fundação IBGE - Anuário Estatístico do Brasil. Rio de Janeiro, 1952-1990.

BRASIL. Ministério do Trabalho, Sistema de Greves - Sigrev. Sinopse de greves. Brasília, Ministério do Trabalho, 1980-1984; 1985-1987; 1988-1990.

DIEESE. Cinquenta anos de salário mínimo – São Paulo, DIEESE, 16 jul. 1990.

DIEESE. Revista de Estudos Sócio-econômicos (1961/1963), São Paulo: DIEESE, 1963.

DIEESE. Salário mínimo desde 1940. São Paulo: DIEESE, 1986.

FIORI, Jose Luis da Costa. *O Vôo da Coruja*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

KAHIL, Raouf: *Inflation and economic development in Brazil 1946/1963*, Clarendon Press, Oxford, 1973.

MAIA, Rosane; SALDANHA, Rosângela: “Política de salário mínimo: uma questão a ser equacionada” In SEDLACEK, Guilherme L.; BARROS, Ricardo Paes de (org): *Mercado de trabalho e distribuição de renda: uma coletânea*, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, Monografia 35, 1989.

SANDOVAL, Salvador: *Os trabalhadores param*, São Paulo, Editora Ática, 1994

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: De Castelo a Tancredo – 1984/1985*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.